

Atualidade econômica

Capital de risco para

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil espera converter de um a três bilhões de dólares por ano da dívida externa em investimento estrangeiro, mediante sua transformação em capital de risco. A informação foi prestada ontem, no Rio, pelo presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, acrescentando que esses valores, apesar de representarem pouco em termos de dívida externa, porque pesarão pouco na sua eliminação, "são importantes do ponto de vista quanto a estímulos a novos investimentos". Para tornar mais eficiente esse esquema, disse que o Banco Central está examinando as atuais regras que dificultam a conversão de empréstimos em investimentos externos. Segundo Lemgruber, essa conversão de dívida em investimentos de risco poderá ser uma das formas com que o governo contará para promover seu programa de privatização de empresas estatais, "dentro da proposta maior de redução da presença do Estado na economia".

Ao participar da posse da nova diretoria da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel), Lemgruber defendeu o processo de privatização anunciado pelo presidente José Sarney.

Acrescentou que desde 1983 existem algumas regras técnicas para a conversão de dívida em investimento, mas "elas ainda não são suficientemente flexíveis, mas acreditamos que se possa facilitar esse mecanismo". Como exemplo, citou o interesse de um banco internacional que quer vender seus créditos a uma multinacional e que não consegue porque existem alguns obstáculos.

O presidente do Banco Central informou, também, que se o Brasil conseguir prorrogar mais uma vez a renegociação da dívida externa, deixará de pagar este ano US\$ 24 bilhões, sendo US\$ 8 bilhões referentes a empréstimos de longo prazo e US\$ 16 bilhões de curto prazo. Após informar que o pedido de prorrogação de prazo começará a ser discutido em Nova York, a partir do próximo dia 18, Lemgruber afirmou que o Brasil pedirá o prazo mais longo possível para renegociar a dívida externa, apesar de no próximo dia 31 estar-se completando um período de prorrogação de 90 dias. "É evidente que um prazo curto de 30 ou 60 dias seria provavelmente negativo, na medida em que talvez não houvesse tempo físico para se chegar a uma definição de acordo com o Fundo Monetário Internacional. É preciso lembrar que ao longo da próxima prorrogação poder-se-ia chegar não só a um acordo com o FMI, como também a um acordo definitivo e permanente com os próprios bancos credores."

reduzir dívida